

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aloisio Pereira Gonçalves Neto
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este estudo insere-se na temática – Educação Física e Educação Infantil – e discute, especificamente, considerações sobre a atuação do professor/professora de Educação Física na Educação Infantil a partir de uma revisão bibliográfica, a qual têm por objeto fazer uma síntese de investigações já publicadas. A imersão na literatura mostrou que a partir do descrito na legislação (LDB n.º. 9.394/96) entende-se que a Educação Física é uma disciplina obrigatória na Educação Infantil, porque se constitui como um componente curricular da Educação Básica. Portanto, pressupondo que em função de a Educação Física ser parte intrínseca da educação da criança pequena, os cursos de formação, não devem negligenciar a inclusão de disciplinas que deem suporte teórico-metodológico ao profissional em formação.

Palavras-Chave: Educação Física. Educação Infantil. Formação Profissional.

Introdução

A partir da LDB 9.394/96 a Educação Física (EF) teve uma área constituída enquanto disciplina escolar, como também tornou-se um componente curricular obrigatório em toda Educação Básica. E o que se sabe sobre a Educação Física na educação Infantil é que,

Conforme o artigo 26, inciso 3º, da LDB 9.394/96, “a Educação Física é componente curricular da Educação Básica”. Em 2001, na tentativa de garantir a presença da Educação Física em toda a Educação Básica, foi acrescentado o termo “obrigatório” a esse texto. Portanto, a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (MAGALHÃES, 2007, p.44, grifo nosso).

Essa pesquisa foi realizada porque isso é uma situação “paradoxal”, leis que regem o ensino, tratam a Educação Física como uma disciplina obrigatória na Educação Básica – Ensino infantil, fundamental e médio – no entanto, a materialização das aulas pelos(as) professores(as) de EF ainda não ocorre como nas outras etapas de ensino. Logo, de acordo com Gomes (2015, p.58, grifo nosso), caso fossemos analisar pelo o que está na lei

chegaríamos à conclusão que, como tantas coisas no Brasil, a Educação Física não “existe” na **Educação Infantil**, não somos um componente curricular como diz a LDB 9.394/96, realizamos uma série de experiências educativas e atividades prazerosas com as crianças, contudo a Educação Física que desejamos que se materialize em toda a educação básica não se efetiva nos espaços de educação da criança pequena.

As produções científicas, aparentemente, não estão impactando como deveriam no universo investigado. Ou seja, “as discussões em torno da Educação Infantil como um todo, suas problemáticas específicas e suas relações mais amplas [...], parecem não fazer parte da formação dos(as) licenciados(as) em Educação Física” (AYOUB, 2001, p. 57).

Diante disso, a formação em Educação Física pode/deve ter um suporte teórico-metodológico, conteúdos organizados e sistematizados que proporcionem a transmissão de conhecimentos da EF na Educação Infantil como um legítimo componente curricular. Posto que, a Educação Física foi alçada à condição de componente curricular obrigatório pela LDB. “Uma lei com a dimensão da LDB traz uma carga de valor imensa, não se pode também esquecer as incongruências que terminam dificultando não só o entendimento, como também sua aplicação” (GOMES, 2015, p.99).

Há algum tempo os estudos tratam sobre a Educação Física na Educação Infantil apontam a formação profissional como um fator principal para a falta da EF na Educação Infantil. Desse modo, esse fracasso na formação em EF, aparentemente, pode ter ocorrido a partir da ignorância do trato da especificidade da Educação Infantil nos Cursos de Licenciatura em Educação Física. No entanto, uma situação como essa poderia até ser dita como acidental, caso o foco da formação fosse outro e não como professor. “Nesse cenário, a formação do professor e/ou professora tem uma especificidade própria que deve ser respeitada e não pode ser ignorada, [...]” (DE SOUZA NETO, 2004, p.125).

Portanto, ao reconhecer a proposta pedagógica como o início de um processo, todos(as) os/as professores/professoras dos Cursos de Licenciatura em Educação Física devem assumir a tarefa da construção de uma proposta pedagógica para fundamentar o ensino da educação física na educação infantil e garantir uma formação profissional necessária/suficiente para os futuros professores atuarem na Educação Infantil.

Metodologia

Diante dos fatos supracitados, este estudo insere-se na temática - Educação Física e Educação Infantil – e teve como objetivo discutir, especificamente, as considerações da atuação do(a) professor e/ou professora de Educação Física na Educação Infantil. Por isso, este estudo foi realizado a partir de uma revisão de literatura, à luz da Unesp (2015, p.3), esse tipo de revisão, conhecida como narrativa e crítica [...]; não precisa esgotar a busca pelas fontes de informações. Assim como, não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas; e a seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos.

A revisão bibliográfica, de acordo com GIL(2008, p.50) é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Por isso, foi feito a escolha do tema, e em seguida, foi realizado um levantamento bibliográfico o qual “tem por finalidade levantar todas as referências encontradas sobre um determinado tema” (CERVO et. al, 2002, Apud UNESP, 2015). Essa busca sobre a temática foi realizada no site Google Acadêmico e SciELO(Scientific Electronic Library Online) os quais estão relacionados a artigos científicos, e além disso houve a leitura de um livro: Educação Física na Educação Infantil - um manuscrito sobre a formação de professores.

Por fim, os critérios de inclusão foram artigos publicados com as palavras-chave: Formação, Educação Física, Atuação Profissional, Educação Infantil, Ensino; em seguida houve a filtragem do idioma português, assim como, a disponibilidade dos artigos estarem completos. A partir disso, foi realizado a leitura e o fichamento dos artigos encontrados, a fim de ficarem acessíveis para quando fosse conveniente a utilização.

Resultados e discussões parciais

A formação do profissional de educação física e a educação infantil

Ao partir do pressuposto que o Ensino Superior constituiu-se em uma área de formação profissional, os Cursos de Licenciatura em Educação Física devem fornecer o suporte necessário/suficiente aos discentes para atuarem na Educação Básica (Ensino infantil, fundamental e médio). O Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, no parágrafo 4º do Art.

3º, define: “A formação de professores para a atuação em campos específicos do conhecimento far-se-á em cursos de licenciatura, podendo os habilitados atuarem no ensino da sua especialidade, em qualquer etapa da educação básica” (CARDOSO, 1999). Ou seja, a formação profissional dos Cursos de Licenciatura em Educação Física deve qualificar os graduandos para atuarem nas áreas de especificidades da sua formação, a Educação Básica.

Desse modo, é imprescindível destacar que em boa parte das instituições “as questões concernentes à infância apresentam-se, na formação universitária do professor de Educação Física, limitadas a uma disciplina, e dentro desta disciplina, circunstâncias à Educação Infantil” (SILVA, 2009, p. 106 Apud GOMES, 2015, p.70). Diante disso, pode-se dizer que o problema da ausência de profissionais de Educação Física na Educação Infantil, aparentemente, está ligado à formação profissional, mas isso já se tornou lugar comum. Todavia, essa marca é maior do que podemos imaginar, “a formação profissional em Educação Física constitui-se, desde a década de 80, uma questão crucial para a área no Brasil, tendo sido objeto de inúmeras publicações e debates” (RANGEL-BETTI et al, 1996, p.10).

Diante desse contexto, é necessário que os cursos superiores de ensino priorizem o aprendizado do suporte teórico-metodológico para a atuação dos futuros professores/professoras de EF na Educação Infantil, assim como, promovam à inserção deles(as) em estágios curriculares em creches e pré-escolas. Porque, a experiência prática/real é fundamental para a atuação profissional. O profissional de Educação Física também pode/deve construir seu próprio conhecimento denominado “conhecimento de trabalho” ou “operacional”. Esse conhecimento é tácito, a partir do qual aprendem com outros colegas, por ensaio e erro, adaptam suas ações de acordo com o contexto, utilizam os conhecimentos aprendidos na sua formação acadêmica (ANTUNES, 2007, p.146).

Nesse sentido, a preparação profissional é compreendida como um processo de constante aprendizado, daí o fato de considerar primordial a valorização do **estágio curricular**, práticas como componente curricular e às atividades complementares na preparação do futuro profissional de educação física (ANTUNES, 2007, p.145, grifo nosso).

Entretanto, “constata-se que, (...) tradicionalmente, não há, nos cursos de licenciatura em Educação Física, uma preocupação em formar professoras para intervirem na educação de zero a seis anos” (SAYÃO, 1999, p.223 Apud AYOUB, 2001, p.57).

Por isso, os Cursos de Licenciatura em Educação Física devem reconhecer a formação do professor e/ou professora como um momento decisivo para a obtenção e desenvolvimento das habilidades e competências no processo de aprendizagem. Porque, “na busca dos prováveis responsáveis por essa falta de preparo, no exercício profissional da Educação Física na Educação Infantil, a Universidade é a primeira a ser responsabilizada, visto que é ela que proporciona a instrumentalização dos professores” (GOMES, 2015, p.23).

Contudo, e a partir de razões que a própria razão desconhece para a área da Educação Física, a LDBEN e as reformas da educação básica estimularam sobremaneira o debate sobre a formação de professores, que se torna importante na medida em que colocou na ordem do dia a inserção da Educação Física como um componente curricular na/da Educação Infantil, e com esse precedente abriu não só a possibilidade de se avaliar a atuação desse profissional em creche e pré-escolas, como também questionar sua real razão necessidade naqueles espaços de educação da criança pequena (GOMES, 2015, p.20).

Destarte, os cursos de graduação precisam ser orientados através das diretrizes curriculares, e deixar de lado as características de que muitas vezes se revestem, as quais são as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se para oferecer uma formação sólida e básica, preparando o futuro profissional em formação a enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional (BRASIL, 2004, p.3 Apud GOMES, 2015, p.124-125).

Numa formação com visíveis insuficiências, mostra-se questionável a responsabilidade das universidades com a sociedade, principalmente no âmbito do comprometimento em não apenas conferir títulos aos profissionais que forma, mas conferir-lhes uma formação que realmente os capacite a atuar coerentemente às necessidades da parcela da sociedade que visam atender, aqui, o que se refere às crianças (VEIRA; WELSH, 2007, p. 136 Apud GOMES, 2015, p.193).

Portanto, a questão da formação profissional em Educação Física e a possibilidade de experiência com a criança pequena na Educação Infantil, ocorre em grande parte nas experiências que se resumem ao estágio, o qual materializa um contato anterior a atuação profissional (ou seja, como um professor fixo) com o conhecimento relativo ao Ensino Infantil. E vale destacar que, “a simetria invertida, onde o preparo do professor, pode ocorrer

em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera” (BRASIL, 2002, p.1 Apud GOMES, 2015, p.138-139).

Considerações sobre a atuação docente e a educação infantil

A fim de contemplar a atuação profissional do professor e/ou professora de Educação Física na Educação Infantil, é relevante destacar algumas considerações sobre a atuação para entendermos que não é em todos os lugares que a atuação docente na Educação Infantil é negligenciada.

Como um exemplo contrário a esse negligenciamento, temos “a Rede Municipal de Educação de Florianópolis - a rede que desde 1982 conta com a participação do professor de Educação Física no quadro de profissionais da Educação Infantil”(GOMES, 2015, p.35).

Além disso, há um outro exemplo, que de acordo com Rosa(2001) “o Ensino da Educação Física na área da Educação Infantil no Município de São José(São Paulo) é bastante recente, porém significativo”.

De acordo com Rosa(2001), no ano de 1994, o município possuía quatro creches (nomenclatura usada na época) e só havia o professor de Educação Física em duas unidades, o trabalho feito era de acordo com a formação profissional de cada um e não era necessário ter nível superior para se trabalhar na rede com esta faixa etária, ou seja, de crianças com 0 a 6 anos de idade. Nessa época o setor pedagógico possuía uma representante apenas na área de Educação Infantil e esta, já direcionava seu trabalho com a visão de que a Educação Infantil deveria ter profissionais específicos da área de Educação Física e assim as orientações pedagógicas eram feitas nas experiências vividas por cada profissional, as quais nem sempre vinham de cursos ou práticas voltadas para a educação (proposta pedagógica-educação infantil). Já em 1995, com o concurso público para o magistério, a coordenação das creches no município vê a necessidade de contratação de professores de Educação Física para todas as unidades escolares, porém, ainda não possuíam nenhuma proposta pedagógica, e aceitava-se o professor não graduado. As atividades eram ministradas naquele tempo de forma tradicional, sob a orientação ainda de pedagogas da Educação Infantil. No entanto, no ano de 1997, a disciplina se faz representar, no setor pedagógico da secretaria de educação e um grande avanço se faz presente, com leis direcionadas para a prática da disciplina, dando mais ênfase

para a pré-escola, e as outras faixas etárias eram trabalhadas de acordo com a carga horária de cada professor.

A partir desses exemplos, pode-se notar que a Educação Física pode assumir seu verdadeiro papel dentro de uma política educacional, como também estar nas creches e pré-escolas. À luz de Le Boulch(1988, apud MAGALHÃES, 2007), “a Educação Física é tão importante quanto as demais áreas educativas, pois procura desabrochar no indivíduo suas aptidões e aquisições de habilidades e capacidades”.

No entanto, essa atuação profissional não é em todos os lugares, “a Educação Física não conseguiu articular uma proposta teórico-metodológica que direcionasse o trabalho pedagógico desenvolvido por seus profissionais em relação à educação da criança pequena” (GOMES, 2015, p.36).

A prática pedagógica se materializa/materializava na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, acima de tudo, por ter sido a primeira, dentre todas, a inserir o profissional de Educação Física em seu quadro de profissionais”. Por isso, “um ponto significativo para o debate é que quase duas décadas depois da promulgação da LDBEN 9394/96, ainda existe um número significativo de cidades brasileiras que jamais, em tempo algum, inseriu a Educação Física em suas redes de educação – Jequié, na Bahia, é um bom exemplo (GOMES, 2015, pg.192).

Será que os professores(as) dessa área precisarão se ver ameaçados, para lutarem pela real inserção da Educação Física nas creches e pré-escolas? Porque, não acontecendo a atuação deste professor e/ou professora na Educação Infantil, estará caracterizada uma contradição, ou seja, como pode ser obrigatório e não acontecer a EF nesse espaço de ensino. Portanto, ao partir do princípio de que a lei é soberana, cabem às instituições cumpri-la, assim como, no Estado do Piauí, o qual tem como deputado Marden Menezes (PSDB) que usou a palavra na sessão ordinária no dia 28/03/2018 para dizer que estava em vigor a Lei nº 7.098, de sua autoria. E no bojo dessa lei está descrito,

art. 1º A docência em Educação Física na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, será exercida exclusivamente por professores de Educação Física licenciados e devidamente habilitados em nível superior (BRASIL, 2018).

Em suma, torna-se cada vez mais evidente e necessário a articulação entre os Cursos de Licenciatura em Educação Física, graduandos e Educação Infantil. Já que, segundo

Em síntese, um curso de formação de Licenciatura em Educação Física deve conter disciplinas que explicam, em diferentes níveis, o trato do ensino, das implicações e da adequabilidade para o ensino nas creches e pré-escolas para que a falta disso não se torne a desculpa da ausência desses professores.

Percebe-se, portanto, que este estudo não se consistiu em um debate exaustivo com as leis e pesquisas científicas, mas buscou discutir/compreender a lógica do negligenciamento da atuação docente do Profissional de Educação Física na Educação Infantil a partir de algumas considerações. Logo, é válido destacar também a necessidade de ampliação de estudos no campo específico da atuação da Educação Física nas creches e pré-escolas.

Referências

ANTUNES, Alfredo Cesar. Mercado de trabalho e educação física: aspectos da preparação profissional. *Revista de Educação*, v. 10, n. 10, 2007.

AYOUB, Eliana. Reflexões sobre a educação física na educação infantil. *Revista Paulista de Educação Física*, p. 53-60, 2001.

BRASIL. Lei nº 7.098, de 27 de março de 2018. Dispõe sobre a docência em Educação Física, na educação infantil, no ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do Estado do Piauí. Teresina/PI, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/legislacao/183>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. Decreto nº 3.276, de 6 de Dezembro de 1999. *Educação & Sociedade*, v. 20, n. 68, p. 337-339, 1999.

DE SOUZA NETO, Samuel et al. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 2, 2004.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ed. [S.L.]: ATLAS S.A, 2008. 220 p.

GOMES, Manoel. Educação Física na Educação Infantil: um manuscrito sobre a formação de professores. 1. ed. Curitiba; Appris, 2015. 251 p. ISBN 978-85-8192-639-1.

MAGALHÃES, Joana S.; KOBAL, Marília Corrêa; DE GODOY, Regiane Peron. Educação Física na Educação Infantil: uma parceria necessária. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 6, n. 3, 2007.

RANGEL-BETTI, Irene C.; BETTI, Mauro. Novas perspectivas na formação profissional em Educação Física. *Motriz*, v. 2, n. 1, p. 10-15, 1996.

UNESP. Tipos de revisão de literatura. Faculdade de Ciências Agrônomicas UNESP
Campus de Botucatu, p. 9, 2015.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Aloisio Pereira Gonçalves Neto

Graduando em Licenciatura em Educação Física, UESB; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil; Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Práxis e a Formação Docente. E-mail: aloisio.edf@outlook.com